

# ARQUEOLOGIA & História

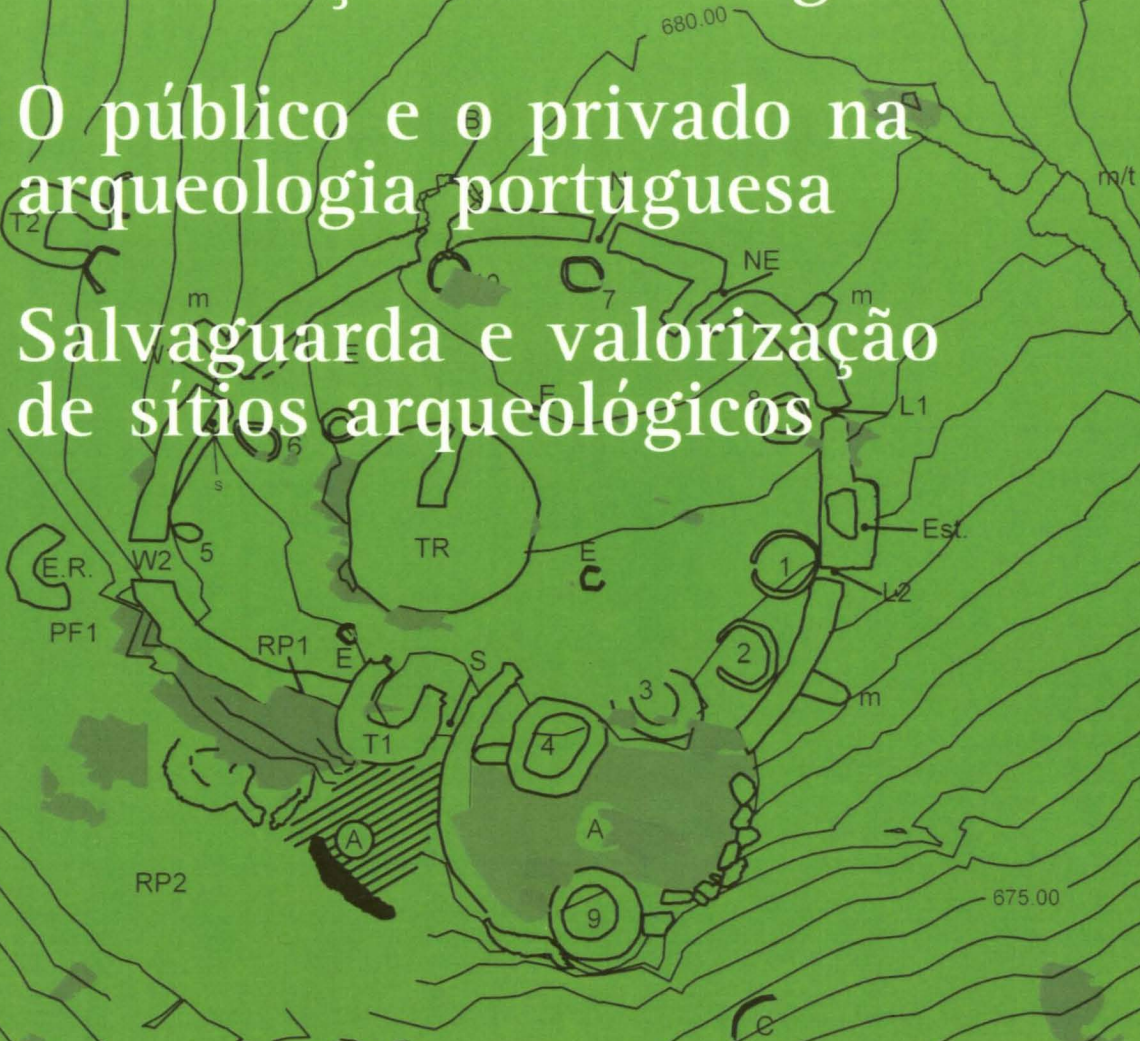


Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

## Neolitização em Portugal

O público e o privado na  
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização  
de sítios arqueológicos



Titulo  
Arqueologia e História

Volume  
55

Edição  
Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa  
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52  
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção  
José Morais Arnaud

Coordenação  
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico  
*oficina de design* Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão  
Publidisa

Tiragem  
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses  
ISSN  
972/9451-39-7

Solicita-se permuta  
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva  
responsabilidade dos respectivos autores

# Morrer em Vipasca Reflexões em torno da necrópole romana de Valdoca

José Luís Neto

O primeiro ponto a ter em consideração neste pequeno ensaio é que este é, na sua essência, um trabalho teórico, e é precisamente deste ponto de vista que deve ser encarado – como construção de hipóteses. Trata-se de uma análise cujos objectivos foram, precisamente, testar alguns limites da interpretação arqueológica. Procurar esses limites implica desvelar as fragilidades de uma qualquer disciplina de conhecimento, mas, por outro lado, entendê-los é, também, e de igual modo, compreender o contributo social dessa mesma disciplina.<sup>1</sup>

Numa fase em que assistimos ao endurecimento da linguagem e interpretação de cariz positivista de alguma da nossa Arqueologia, em que se tenta normalizar (com ou sem consensos) publicações, formas, condicionando, consequentemente, os conteúdos, é necessário repensar se tal nos é conveniente.

Ao nível teórico, alguns autores portugueses têm levantado algumas questões extremamente pertinentes, contudo, os reflexos desses escritos não passam ainda de miragens no panorama arqueológico prático português. De facto, e concretamente, a "Arqueologia real", em Portugal, é sinónimo de escavação, e dessas acções, pouco conhecimento concreto resulta, para além de alguns estudos de cariz mais monográfico – estratigráfico e, menos ainda, publicações sobre espólio dentro de uma perspectiva tipológico – normativa, que não esconde uma leitura tecnológica evolucionista.

Porém, a Arqueologia é dispendiosa. Custa escavar, custa tratar do material, custa armazená-lo nos Museus, custa conservar e recuperar ... principalmente quando esses custos resultam, na maioria dos casos, em nada. Um fenómeno curioso de *ex nihilo nihil*. De facto, o espólio resultante das intervenções pouco melhor é tratado do que qualquer outro que se guarda nos nossos sótãos; arrumado, mas inútil, até porque a grande maioria do material arqueológico português está ainda inédito.

Temos, assim, para ultrapassar este mar de paradoxos, de dar uma nova vida a esse material que não se deseja congelado, e para tal terá de haver uma renovação da própria linguagem e discurso desta disciplina, sob pena de caducarmos, por incapacidade de inovação, as frágeis ligações em relação à sociedade, que confiou aos actuais profissionais, a gestão, orientação e criação da sua história e identidade.

Luísa Ferreira Dias (Dias 1987) afirmou, com base nas peças que foram exumadas da Necrópole do Carvalho em 1985, que estávamos perante uma evidência arqueológica da existência de crenças de um mundo para além da morte. De facto, são-nos bem familiares algumas visões do mundo clássico sobre este assunto. Os registos de poetas e filósofos abrem-nos a fresta desse imenso mundo do que era a morte para as populações de cultura latina. Os mitos que nos falam do Hades, onde Orpheu foi tentar resgatar a sua amada, que, por um instante trágico, lá ficou, quando já não existiam razões que nos pudessem fazer antever senão um final feliz entre os amantes; ou a mitica barca de Caronte, barqueiro soturno a quem se pagava a última viagem, são disso exemplo. Mitos, mas também claras mensagens de um modo vivencial de morrer são-nos transmitidas por vários autores clássicos, que nos narram o que esta representa aos seus olhos.

Todavia, num Império Romano que tolerava e incorporava, por norma, no seu seio, as várias religiões dos povos conquistados, não podemos, nem devemos pensar que conceitos acerca da morte tenham sido iguais em todo o Império, em todas as suas épocas. Se, correctamente, são assinaladas evoluções nos ritos fúnebres, ao longo dos séculos do Império Romano, por vários autores, não podemos deixar de admitir que haveria heterogeneidade na visão sobre a morte nas distintas regiões que o Império englobava. Assim, se a própria Península Itálica apresentava grandes diversidades culturais e linguísticas à época, que foram sendo mais ou menos atenuadas ao longo da permanência de hegemonia Romana, não podemos pensar que uma Península Ibérica, tão rica em diversidades internas, pudesse ter adquirido uma homogeneidade de conceitos metafísicos em si, e com Roma. Tendo, a Península Ibérica, estruturas religiosas bem definidas, quando foi levada a cabo a conquista, e tendo divindades, de tal maneira enraizadas culturalmente, que continuaram a ser veneradas durante o domínio romano, até pelos próprios romanos, não será muito plausível pensar que os princípios metafísicos autóctones tenham desaparecido rápida e radicalmente. Estes princípios englobariam também a visão sobre a morte.

No entanto, não dispondo de fontes escritas que nos possam auxiliar nesta procura, teremos de procurar outras, tendo consciência do terreno movediço em que entramos. É que de todo o ritual, de todos os sentimentos envolvidos e experimentados pelos que enterraram os seus mortos, a arqueologia apenas observa uma ínfima parte do que realmente se passou. Por outro lado, temos plena consciência que houve uma transformação cultural muito grande, e uma rápida adesão às formas e maneiras romanas, numa região (o Alentejo), ao que parece, extraordinariamente permeável a novas propostas culturais. Todavia, não é por isso que pensamos que as crenças autóctones sobre a morte teriam sido facilmente irradicadas das mentalidades locais. Pensamos que, facilmente adaptáveis na sua aparência, não o seriam no seu sentir e sentido profundos. Trata-se de um primeiro ensaio, que terá de ser aferido com todas as outras necrópoles já escavadas, numa procura de características comuns, e linhas de tendência a constatar, se estas existirem.

## A Necrópole

A Necrópole de Valdoca foi escavada nos anos 50 por Abel Viana, Rui Freire d'Andrade e Octávio da Veiga Ferreira. Desta necrópole chegaram a apresentar uma comunicação no XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, em 1956, e, dez anos mais tarde, um artigo na revista *Conimbriga*. Nesse mesmo número, Jorge Alarcão e Adília Alarcão publicam o espólio desta necrópole. A necrópole ficava localizada na "encosta suave da colina dos Algares a escassos 70 metros do afloramento do minério tão intensamente explorado pelos romanos, é a Necrópole da área onde se supõe ter estado situada a povoação romana Mina de Vipasca". Tinha 496 sepulturas, que vão desde o início do século I aos finais do século III d. C. .

Dado que não temos referência de quais eram as sepulturas de incineração e de inumação, optámos por analisar apenas um conjunto de 60 sepulturas que estão identificadas como dos séculos I e II d.C. . Este critério teve como base o facto de não conhecermos enterramentos desta época senão com o ritual de incineração,

em Portugal, o que não quer dizer que tal não venha a acontecer, dado que, em Roma, se praticavam os dois rituais à época<sup>2</sup>. Das sete inumações referenciadas nenhuma engloba o conjunto de sepulturas por nós analisadas. Em relação ao espólio, optámos por manter inalteradas as classificações de Jorge Alarcão e Adília Alarcão, pegando apenas nas sepulturas por eles datadas da época que escolhemos analisar. Neste trabalho procedemos essencialmente ao levantamento do tipo de materiais presentes por sepultura. Quando constatámos a existência de, por exemplo, três taças numa sepultura, contámos apenas como uma unidade, portanto, uma taça, porquanto uma unidade é representativa da ideia de um objecto funcional.

Pudemos constatar que as taças estão presentes em 45% das sepulturas, os potes em 32,5%, os unguentários em 27%, as lucernas em 25%, os pratos em 20%, os jarros e as malgas em 15,5%, os copos em 11%, os cântaros em 6,5%, os boiões em 5%, as painéis, as garrafas e as tampas representam 3%, e as bilhas, espelhos, pinças, objectos de metal, cálices, gargalos e terrinas 1,5%.

Seguidamente operámos a transformação dos tipos das peças para as suas funcionalidades. Detectámos contentores de sólidos, contentores de líquidos, contentores mistos (sólidos e/ou líquidos), contentores de combustão, objectos de embelezamento ou para suportar produtos de embelezamento e outros objectos que não conseguimos definir a função que teriam.

Entendemos como contentores de sólidos Taças, Pratos, Malgas, Painéis e Terrinas; entendemos como contentores de líquidos Jarras, Copos, Cântaros, Garrafas, Bilhas e Cálices; como Contentores mistos os Potes; como Contentores de líquidos de combustão, as Lucernas; como Contentores de produtos de embelezamento, ou produtos de embelezamento, Unguentários, Boiões, Espelhos e Pinças. Por último, não foram classificados por ausência de elementos, as Tampas, Objectos de Metal e os Gargalos.

Com este tipo de transformação pudemos verificar que 50 sepulturas têm objectos destinados a suprir necessidades alimentares, 21 têm objectos para iluminação e 23 têm objectos de e para embelezamento, num universo compreendido em 60 sepulturas.

Outro aspecto a ter em consideração é que estamos a analisar espólio proveniente, muito provavelmente, de unicamente sepulturas de incineração. Esta prática tem como consequência a destruição rápida do corpo. Trata-se de uma prática higiénica e que reduz ou torna desnecessária a área de espaço sepulcral. Contudo, estes dois últimos aspectos são as consequências desta prática, que não sabemos se foram alguma vez pensados pelos seus praticantes. A incineração era praticada por alguma razão. Tal como hoje inumamos os nossos mortos em decúbito dorsal para que se possam levantar mais facilmente no dia da ressurreição, alguma razão existiria para os cremarem, tal como hoje existe esta solução, embora seja pouco adoptada entre nós, não obstante o número estar a aumentar consideravelmente.

Assim, no aspecto teórico podemos supor várias situações:

- Pretende-se a destruição total do ser;
- Pretende-se a libertação rápida do espírito em relação à comunidade;
- Pretende-se a libertação rápida do indivíduo em relação à comunidade;
- Pretende-se desligar o espírito de um local específico que poderia ser representado pela sua inumação;
- Pretende-se desligar o indivíduo representado pelo seu corpo de um local específico que poderia ser representado pela sua inumação.

Estas situações poderiam ser mutuamente exclusivas ou complementares, em graus variáveis. Aqui temos que ter em linha de conta o tipo de incineração com que estamos a trabalhar. De facto, uma situação em que as cinzas são dispersas, noutras em que, por exemplo, a tumulação é domiciliária, ou a presente situação, enteradas em cemitério não parece admissível, à priori, que a visão subjacente à morte, seja idêntica nos três casos. Depois temos de reflectir sobre em que parte do ritual entram as oferendas, porque podem ser dadas antes, durante ou depois da cremação; mas só isso não basta, porque o próprio estado em que estão faz-nos ter uma leitura diferente, dado que, oferendas deliberadamente partidas não significam o mesmo, à priori, que oferendas potencialmente utilizáveis. No caso de Valdoca, tratam-

se de incinerações feitas no túmulo, ou noutra local e ali depositadas. As peças não foram partidas, nem queimadas. Presumivelmente estariam lá para serem usadas pelo morto. Das 323 ou 324 sepulturas deste tipo presentes na Valdoca, 37% não tinham materiais. Destes 37% temos de admitir que uma parte fosse da época que estudamos. De facto, em Santo André e no Carvalhal, verificou-se que há, aparentemente, sepulturas desta época sem espólio associado.

O espólio não parece ser absolutamente necessário, dado que, nem todos os enterramentos tinham materiais, e por outro, os analisados não apresentam sempre o mesmo conjunto de peças, com funções idênticas, se bem que há uma grande percentagem (50 dos sessenta casos) que têm peças cuja função primária é de conterem alimentos. Contudo as oferendas até podem ser satisfeitas, o que não têm é que ser ritualmente ofertadas em contentores resistentes ao tempo. A comida, por exemplo, pode ser envolvida numa folha, num trapo, ou numa tigela de madeira. Porém, se podemos conseguir imaginar, com alguma dificuldade, perfumes e essências depositadas sobre cinzas, ou sobre o conjunto do espólio, ser-nos-á mais difícil imaginar essa mesma situação relativamente ao fogo para a iluminação. Parece-nos, conseqüentemente, que existe, pelo menos, uma necessidade premente de alimentar ritualmente os mortos.

No entanto, estes contentores, para além de serem indicativos das necessidades do morto, são-no também do poder económico dos indivíduos e/ou família. Sendo Vipsca uma povoação vocacionada para a actividade mineira, temos de admitir como provável, que uma parte relativamente significativa dos mortos desta necrópole tenham estado associados a esta actividade, ou sejam familiares de. O que podemos observar é que o panorama da maioria das sepulturas é relativamente pobre. Só a sepultura 369 tem contentores para preencher todas as necessidades, e as sepulturas 100 e 141 têm contentores para satisfazer quatro das necessidades. Contudo, esta leitura não está isenta de erros dado que, por exemplo, a sepultura 128 é extremamente interessante, mas preenche poucos grupos funcionais. Porém, estas excepções vêm enriquecer esta problemá-

tica, mas tal não invalida que a maioria das sepulturas seja pobre, dando-nos uma visão da sociedade, através das sepulturas, compatível com o que se espera encontrar numa localidade que assente as suas actividades na exploração mineira.

Não hesitemos, contudo, em ir mais longe; é que nos parece evidente que a utilidade das peças revela a mentalidade do colectivo em relação às necessidades do defunto, e, como tal, temos peças que podem ser consideradas como:

- Relacionadas com a permanência do defunto no túmulo;
- Indicativas que o defunto as usará de qualquer forma no túmulo;
- Indicativas que o indivíduo vai abandonar definitivamente o túmulo;
- Indicativas que durante algum tempo o indivíduo pode permanecer no túmulo e que depois parte.

No caso presente, parece tratar-se desta última hipótese, tanto mais que a própria variedade do espólio é muito limitada, quer em materiais, quer nas necessidades que se propõe cobrir, para além de, aparentemente, não existir uma fórmula rígida, deixando estas questões ao critério dos familiares. Ora, se o indivíduo ficava algum tempo no túmulo e depois partia, partia para algum lugar. Podemos então voltar às primeiras situações teóricas e ver que não se pretende a destruição total do ser, dado que até se lhe suprimiam algumas necessidades no túmulo. Também não parece que se coloque a hipótese de libertação rápida, dado que, aparentemente, o defunto ainda permaneceria algum tempo no túmulo porque, de outro modo, não se colocariam este tipo de objectos na sepultura. Os vestígios arqueológicos levam-nos a pensar que este padrão assemelhar-se-á mais ao desligar contínuo e gradual do indivíduo. Do mundo dos vivos, para um mundo de transição, o cemitério, e daí para outro lugar. Contudo, a primeira preocupação é afastar o morto dos vivos. Talvez aqui se possa ver o receio das *Larvas* e dos *Lemures* romanos, pois não parece tratar-se de um padrão muito distinto.

O indivíduo cremado e tumulado, pelo que nos foi dado a constatar, ainda assim mantinha algumas neces-

sidades de conforto, como alimentar-se, ter luz e produtos para se poder arranjar. Esta imagem que nos é sugerida pelos materiais leva-nos a supor que a imagem que os vivos tinham dos seus mortos é que estes, apesar de defuntos, continuavam muito humanos, até certo sentido, mundanos. Isto coloca-nos novas questões. Será que o morto era visto como espírito, tal como hoje o entendemos, ou tratar-se-ia de um indivíduo (e daí a distinção por nós feita) de tal maneira ainda humano (veja-se o tipo de necessidades) que teria uma categoria mais física, distinta da nossa concepção de alma? Atendendo a que esta necrópole contou, em princípio, com uma grande percentagem de elementos exógenos, por causa da exploração das minas, resta-nos deixar ainda outra pergunta. Será que este perfil se verifica em comunidades menos abertas à entrada de novos elementos, ou reflecte uma sociedade mais miscigenada étnica e culturalmente, mercê de uma comunidade e realidade mineira?

## Notas

<sup>1</sup> Comunicação apresentada em 02/05/2003 na Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

<sup>2</sup> Note-se, todavia, que o principal, nesta época, é a incineração, não só na Lusitânia como em toda a Hispânia, e, pelo menos, na parte Ocidental do Império.

## Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, Adília de, "O espólio da necrópole luso - romana de Valdoca (Aljustrel)", *Conimbriga*, vol. 5, 1966, pp.7-104.
- ANDRADE, Ruy Freire de; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, "Necrópole céltico - romana de Aljustrel", *Actas do XXIII congresso luso - espanhol*, Ed. Associação portuguesa para o progresso das ciências, Tomo VIII, Coimbra, 1957, edição separata.
- DIAS, Luísa Ferrer - "Necrópole Romana do Carvalhal", *Informação Arqueológica*, n.º7, IPPC, Lisboa, 1986, pp. 70-71.
- DIAS, Luísa Ferrer - "A necrópole do Carvalhal", *Arqueologia do Vale do Tejo*, IPPC, 1987, pp. 62-63.
- FERREIRA, Octávio da Veiga; ANDRADE, Ruy Freire de, "A necrópole de Valdoca" *Conimbriga*, vol. 5, 1966, pp. 1 - 6.
- NETO, José Luís, Materiais arqueológicos da necrópole romana do Carvalhal (no prelo).
- NOLEN, Jeannette U. Smit & DIAS, Luísa Ferrer, "Os materiais (da necrópole de Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, pp. 33-123.
- NOLEN, Jeannette U. Smit, "Cronologia (da necrópole da Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, p.127-134.
- NOLEN, Jeannette U. Smit & DIAS, Luísa Ferrer, "Catálogo (dos materiais da necrópole de Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, pp. 135-172.

Peças por sepultura  
Quadro de distribuição

Sepultura	Cântaro	Prato	Taça	Copo	Jarra	Ungu.	Panela	Lucernas	Tampa
1	X	X							
8			X						
26		X		X					
27			X		X	X			
28		X	X				X		
59			X					X	
64	X		X						
68			X		X				
100		X		X		X		X	
103			X						
111					X				
112		X							
113				X					
115			X						
117			X						
118								X	
123			X						
124			X	X					
126								X	
128				X	X				X
130		X	X						
132		X							
137			X						
141			X	X		X			
145			X						
153			X						
155			X						
158			X		X				
161					X	X		X	
164		X	X						
166			X						
172								X	
198				X	X	X		X	
206					X	X			
218		X							
240		X							
247			X					X	X
251		X			X				
257									
282						X			
307						X			
313						X			
317						X			
318			X			X			
321		X							
325						X			
329						X			
337		X							
340								X	
343			X						
349								X	
353								X	
369			X		X	X	X	X	
406								X	
422						X			
427	X								
434								X	
441			X						
471			X						
477	X		X					X	

(Continuação)

Sepult.	Malga	Pote	Bilha	Pinça	Objecto de Metal	Boião	Cálice	Garrafa	Cabo de Espelho	Gargalo	Terrina
1											
8		X									
26											
27											
28											
59		X									
64											
68											
100	X										
103											
111		X									
112											
113	X										
115		X									
117											
118		X									
123											
124											
126											
128		X	X	X	X						
130											
132											
137											
141		X									
145											
153	X	X									
155											
158						X	X				
161								X			
164											
166	X										
172		X									
198								X			
206	X										
218		X									
240											
247	X	X									
251	X	X									
257						X					
282									X		
307										X	X
313											
317											
318		X				X					
321											
325											
329	X	X									
337											
340		X									
343											
349											
353											
369		X									
406											
422											
427	X	X									
434		X									
441		X									
471		X									
477											

Funcionalidades por sepultura  
Quadro de distribuição

Sepultura	Sólidos	Líquidos	Luz	Embelezamento	Mistos
1	X	x			
8	X				
26	X	x			x
27	X	x			
28	X			x	
59	X		x		x
64	X	x			
68	X	x			
100	X	x	x	x	
103	X				
111		x			x
112	X				
113	X	x			
115	X				x
117	X				
118			x		x
123	X				
124	X	x			
126			x		
128		x		x	
130	X				
132	X				
137	X				
141	X	x		x	x
145	X				
153	X				x
155	X				
158	X	x		x	
161		x	x	x	
164	X				
166	X				
172			x		x
198		X	x	x	
206	X	x		x	
218	X				x
240	X				
247	X		x		x
251	X	x			
257				x	
282				x	
307	X			x	
313				x	
317				x	
318	X			x	x
321	X				
325				x	
329	X			x	x
337	X				
340			x		x
343	X				
349			x		
353			x		
369	X	x	x	x	x
406			x		
422				x	
427	X	x			x
434			x		x
441	X				x
471	X				x
477	X	x	x		



Associação  
dos Arqueólogos  
Portugueses